

MUD — uma rede de museus para o Douro

Natália Fauvrelle, Susana Marques

Museu do Douro



Apresentação do projecto

A Região Demarcada do Douro é internacionalmente considerada como uma importante região vitivinícola, quer pela qualidade dos seus vinhos, com destaque para o vinho do Porto, quer pela dimensão histórica associada ao seu *terroir* — falamos da primeira região demarcada e regulamentada do mundo, classificada como Património Mundial desde 2001.

São estas características culturais e históricas da região, bem como as rápidas alterações técnicas da vitivinicultura, “a par das transformações demográficas e sociais, não menos rápidas, do mundo rural” (PEREIRA, 2001, 21) que podem suscitar a discussão em torno da perda da memória colectiva duriense. Paralelamente, o crescimento do enoturismo a nível mundial e o interesse pelas regiões vitícolas históricas evidencia o potencial da região e o turismo regional é assumido como factor de desenvolvimento económico.

Dentro deste contexto, a ideia de criação de um museu da região que funcione como pólo cultural dinamizador parece fazer sentido. O museu apresenta-se assim como uma instituição de “diálogo e de humanização” (HERNANDÉZ, 2006, 244) em que se podem acolher e conservar as identidades da região, cujo reflexo mais significativo podemos encontrar nos objectos, mas também nas técnicas, nas ideias, nos saberes e no *saber-fazer* tradicional. É este património tão diverso que exprime a forma de ser e estar neste espaço tão singular.

Este projecto museológico foi concretizado pela Lei de Criação do Museu da Região do Douro (Lei n.º 125/97), diploma aprovado por unanimidade na Assembleia da República. A Lei define como modelo “uma estrutura polinuclear distribuída por toda a Região do Douro, tendo a sua sede em Peso da Régua.”, conceito muito próximo daquilo que designamos por museu de território. O Museu do Douro (MD) propõe um conceito museológico que se afasta da ideia tradicional de uma

estrutura centrada apenas num edifício, nas suas colecções e num público-alvo. Procura antes instalar-se no seu espaço de acção, a Região Demarcada do Douro (RDD), inserindo no seu âmbito de estudo e investigação não só as colecções que estão à sua guarda mas todo o património material e imaterial regional passível de ser protegido. Acima de tudo, este modelo propõe que o museu dialogue com as comunidades de que faz parte, numa lógica de inclusão e partilha.

A estrutura polinuclear proposta implica, na prática, a criação de núcleos do MD em cada um dos vinte e um concelhos da RDD. Uma interpretação literal da Lei implica que o MD tenha de criar esses núcleos e assegurar meios financeiros e humanos para garantir a gestão directa a partir da sede. Esta proposta parece-nos pouco viável, não só pelas condições financeiras do país e a falta de tradição de apoio mecenático à cultura, mas porque cria uma estrutura demasiado pesada cuja gestão pode ser comprometida por falta de eficácia.

Sem afastar a concepção inicial de criação de diferentes núcleos nos concelhos da RDD, podemos analisar o conceito de polinucleado de um outro ponto de vista, isto é, não partindo da criação de núcleos dependentes da sede, mas de diversas estruturas com tutelas diferenciadas, que se unem em Rede com vista a congregar sinergias num projecto cultural comum, abrindo novas hipóteses de entendimento e valorização do potencial cultural da região. Desta forma é possível criar um museu para o Douro a partir dos diferentes museus e estruturas museológicas do Douro.

Assumindo um papel activo no desenvolvimento da região, a implementação de uma Rede de Museus do Douro visa criar condições de suporte entre as diferentes estruturas culturais a operar no Douro, sejam elas museus, núcleos museológicos ou quintas com colecções visitáveis, em cujas vitrinas se exibem testemunhos do património local, de tutela nacional, municipal ou privada. O ponto unificador destas instituições é a vocação para a conservação de testemunhos relevantes para o conhecimento da RDD com valor histórico, etnológico, científico, cultural, artístico, paisagístico, natural, etc. Ao mesmo tempo, estas instituições disponibilizam as suas "colecções" ao público, permitindo a investigação e a sua fruição.

O objectivo é juntar os mesmos interesses de valorização de um património comum, permitindo a criação paulatina de uma imagem cultural integrada da

.....

RDD, articulada e coerente, promovendo um desenvolvimento sustentável. O propósito é, acima de tudo, quebrar as tradicionais barreiras e o isolamento das instituições de modo a dar visibilidade ao trabalho realizado.

Partindo do intercâmbio de ideias e a partilha de experiências e de projectos pretende-se criar condições para encarar problemas frequentes no nosso meio, como as questões administrativas ou a pressão excessiva do turismo, que tende para a folclorização do património. Com isto não se pretende uma uniformização, que até se afigura difícil uma vez que existem colecções muito diversas, mas sim criar relações complementares respeitando a individualidade de cada instituição.

À semelhança do que é preconizado a nível nacional, também a MUD poderá dentro da RDD constituir “um sistema de mediação e articulação entre entidades de índole museal, tendo por objectivo a promoção da comunicação e da cooperação, com vista à qualificação do tecido museológico” regional. Neste contexto, caberá ao MD, enquanto promotor, o papel de dinamizar recursos humanos e técnicos de modo a poder apoiar as outras instituições no cumprimento das funções museológicas, algo bastante complicado para a maioria das instituições por falta de meios.

Esta interacção entre as instituições poderá igualmente estender-se à programação anual. Tal como tem vindo a acontecer, o MD pretende itinerar as suas exposições no espaço da RDD de acordo com as disponibilidades de cada concelho, mas também acolher ou realizar actividades em conjunto com as instituições da Rede ou promover parcerias entre diferentes membros da Rede, rentabilizando assim os investimentos efectuados na preparação das actividades. Uma programação organizada e concertada permitirá uma divulgação atempada e mais eficaz dos eventos e actividades de cada instituição garantindo a sua eficácia.

Este conceito de Rede não afasta os projectos de apoio à criação de núcleos em concelhos da Região com carências na área museológica. O MD deve procurar identificar as principais temáticas da região e apoiar a nível técnico o seu desenvolvimento nos locais mais adequados. Exemplo disso são os núcleos já em curso nos concelhos de Tabuaço e de Alijó, dedicados aos imaginários durienses (MIDU) e ao pão e vinho de Favaios (Núcleo Museológico – Favaios, Pão e Vinho). No caso destes dois núcleos museológicos o MD tem apoiado os executivos camará-

rios delineando o programa museológico, onde se incluem a preparação da exposição permanente, dos documentos normativos, a selecção e recolha de objectos para a criação da colecção e seu inventário, as intervenções de conservação preventiva e planeando acções de acompanhamento educativo.

Os núcleos estão em formação mas a sua criação depende sempre da autarquia, bem como a sua gestão, que assim se adapta melhor aos quadros de pessoal existentes e às próprias dinâmicas de cada concelho. O propósito será sempre envolver as comunidades e tal é conseguido valorizando o seu património local e chamando-as a participar no projecto com os seus objectos, com as suas memórias.

Desta forma, como escreveu Hugues de Varine, ao «fazer participar toda a comunidade, com e pelo seu património, no desenvolvimento do território, logo no seu próprio desenvolvimento», «o museu é, antes de mais, um instrumento — suplementar ou complementar — para acompanhar e alimentar as dinâmicas do desenvolvimento do território. Testemunha a implicação da comunidade, que empenha o seu património num movimento colectivo. Enquanto tal, o museu de território é o único dispositivo que permite mobilizar globalmente o recurso que representa o património do território, de federar os seus proprietários, de sensibilizar a população, de trabalhar eficazmente com a escola e com as estruturas de educação popular» (VARINE, 2005, 8-12).